

**A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM ASSIS - SP: AS DISPUTAS
DIVERSAS EM CENA (1984 - 1989)**

Rodrigo Modesto NASCIMENTO*

Resumo: O objetivo deste artigo é discorrer sobre as relações entre o poder local e o estadual acerca do patrimônio cultural de Assis, município localizado no interior do Estado de São Paulo. O trabalho se divide em quatro partes fundamentais: na primeira analiso o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - Condephaat, depois foco o tombamento do Teatro São Vicente e, em seguida, abordo o movimento social em torno da preservação do mesmo, e, para finalizar, destaco o arquivamento do pedido de tombamento da indústria SANBRA.¹

Palavras-chave: Patrimônio Cultural – Memória Social – Assis – Preservação.

**THE PRESERVATION OF THE PATRIMONY IN ASSIS - SP: THE DIVERSE
DISPUTES IN SCENE (1984 - 1989)**

Abstract: The goal of this article is to discuss about the relations between the local and state power around the cultural patrimony of Assis, a city located in the countryside of the State of São Paulo. The work is divided into four basic parts: in the first one, I analyze the Council for Defense of the Historic, Artistic, Archaeological and Tourist Patrimony - Condephaat, later I focus on the preservation of Theater São Vicente and, after that, I approach the social movement around the preservation of this theater, and, to finish, I point out the filling in of the process to preserve the SANBRA Industry.

Keywords: Cultural Patrimony - Social Memory - Assis - Preservation.

* Rodrigo Modesto Nascimento é mestre em História, professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Jacarezinho /PR – Brasil - E-mail: rodrigo.modesto@hotmail.com

Condephaat: breve histórico

O governo estadual e seu aparato executivo têm para a questão do patrimônio uma atitude displicente e negligente. (...) Soma-se a isso o fato evidente de vivermos hoje num refluxo nas ações da sociedade civil organizada, em pleno vigor da ideologia neoliberal. Assim, com falta de recursos, de pessoal e condições físicas mínimas, o órgão define a cada dia que passa. (...).²

A citação acima, de Alexandre Correa Fernandes, resume o estado atual em que se encontram as políticas de preservação do patrimônio no Estado de São Paulo. Neste item, abordo o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico que foi criado pela Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968, órgão com a responsabilidade de instituir, através do tombamento, o acervo de bens culturais paulistas.

Marly Rodrigues, na obra “Imagens do passado”³, trata do órgão que preserva e institui o patrimônio cultural paulista, o Condephaat, desde o período da sua instituição, em 1969, até o ano de 1987. Observa que a criação de um órgão paulista de proteção ao patrimônio foi se tornando realidade na gestão de Roberto Costa Abreu Sodré, quando se criou a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo - SCET com o apoio da elite paulista:

A criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964. O ato protetor pressupunha uma ameaça de destruição quase sempre atribuída, pelos que escrevem a História, àqueles que nela não são incluídos.⁴

A autora versa sobre a instituição do patrimônio no Estado de São Paulo, recuando sua análise até as idéias preservacionistas de Paulo Duarte e Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura de São Paulo.

Percorre a história do CONDEPHAAT a partir da definição de três fases distintas: 1969 – 1975, período ligado à concepção ortodoxa de preservação do patrimônio, herdeiro das políticas do IPHAN; 1975 – 1982, período que assinala a fase considerada de transição entre a proposta conservadora e os novos conceitos de

patrimônio; e, finalmente, 1982 – 1987, quando se verifica a consolidação das práticas anunciadas no período anterior, incluindo-se a noção de memória como objeto da preservação.

Durante a primeira fase de atuação, de acordo com Marly Rodrigues, o CONDEPHAAT, como já foi mencionado, reproduzia a ortodoxia do órgão federal de preservação. Apresentava e ainda apresenta critérios indefinidos a respeito da questão dos valores atribuídos aos bens apontados para tombamento, para serem analisados caso a caso. Em sua maioria, eram valores relacionados à história da arquitetura e da arte, de caráter excepcional para a história oficial paulista, agregados aos bens selecionados para a proteção oficial.

Para Rodrigues, o curso promovido em 1974 pela Universidade de São Paulo – USP – e pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC –, e coordenado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e FAU – USP foi imprescindível para a revisão da postura excludente e elitista do CONDEPHAAT. A presença de Hügues Varine-Bohan, ex-diretor do ICOM – Conselho Internacional de Museus –, no evento, foi importante na ampliação do conceito de patrimônio:

Ao discutir o conceito de patrimônio, Varine-Bohan abriu aos especialistas o caminho da compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito de patrimônio como um fator cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento, tudo que o homem fabricou, isto é, os bens culturais.⁵

Com Varine-Bohan, o conceito de patrimônio começa a ser revisto e discutido entre os especialistas do CONDEPHAAT. A autora aponta, nesse período, o distanciamento entre a sociedade e o Estado; pois, além do conservadorismo presente no órgão, o país passava pelo período de maior repressão da ditadura militar. Outros fatores que prejudicaram a atuação do órgão foram a carência de recursos humanos e materiais, a falta de interesse político na área da cultura, uma constante em todo o período estudado, e os conflitos com o crescente mercado imobiliário.

O período de 1975 – 1982, de acordo com Marly Rodrigues, é caracterizado por uma redefinição do conceito de patrimônio. Surgem novos empreendimentos que requerem a proteção oficial, como o tombamento de áreas naturais. Nesse caso, o CONDEPHAAT foi o pioneiro no Brasil, com o tombamento da Serra do Mar e do Maciço da Juréia.

A preservação do patrimônio começava a ser entendida como um direito social associado ao exercício da cidadania. É nesse ínterim que se define o conceito de patrimônio ambiental urbano, como lembra Marly Rodrigues:

O conceito de patrimônio ambiental urbano procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente.⁶

A questão da relação entre patrimônio e memória começa a ser discutida: o patrimônio é visto como um elemento que une passado e presente. Rodrigues critica o lugar secundário da cultura nas políticas do governo estadual, em particular na proteção do patrimônio cultural, em que o Estado concede mínimas condições de atuação ao órgão responsável pela preservação da memória e da identidade paulista.

O último período pesquisado pela autora, 1982 – 1987, é caracterizado pela ampliação da noção de patrimônio, influenciado pela nova postura do âmbito federal, com o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e IPHAN, orientados por Aloísio Magalhães.

Marly Rodrigues ressalta que a valorização da memória e sua preservação pela sociedade civil, no momento de tentativa de reorganização da sociedade, a reivindicação pelos grupos étnicos e pelos que se ligavam à proteção do patrimônio natural, foram importantes passos na tentativa de democratizar a preservação.

Cíntia Nigro Rodrigues abordou o final da década de 1980 e início da década de 1990 quando aumentaram consideravelmente os pedidos de tombamento de bens culturais encaminhados ao CONDEPHAAT. Isso foi, possivelmente, um reflexo da abertura do órgão de proteção ao patrimônio, à sociedade civil.⁷

Mas no início do governo Mário Covas, segundo Cíntia Rodrigues, houve um descaso ainda maior pela área cultural, instalando-se uma contenção de gastos que atingiu o CONDEPHAAT, materializando-se na demissão e afastamento de vários profissionais do patrimônio.

Durante meados da década de 1980, o poder municipal de Assis enviou ao CONDEPHAAT dois pedidos de tombamento de bens culturais, um arquivado, a indústria Sanbra - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – analisado ao final deste artigo e outro, tombado, fruto de uma intensa mobilização popular, do qual trato em seguida: o Teatro São Vicente.

O Teatro São Vicente

O Teatro São Vicente foi construído, na década de 1940, com o respaldo da comunidade católica da Paróquia da Catedral, que promoveu campanhas para arrecadação de fundos e participou de suas obras, através de mutirão. Essas instalações abrigaram, até 1965, diversas atividades culturais. Após esse período, funcionou como cinema, mantendo-se as suas características originais.

Com a desativação do cinema, por volta de 1980, o prédio ficou fechado por quatro anos, quando um amplo movimento de setores da comunidade conseguiu devolver-lhe as funções originais. Internamente, a edificação é despojada, mas o palco e caixa cênica possuem qualidades excepcionais, com um resultado acústico que ainda hoje surpreende técnicos e especialistas.⁸

O pedido de tombamento do atual Teatro São Vicente⁹ de Assis foi solicitado pela Prefeitura Municipal em 1984, ao Condephaat, através do Prefeito José Santilli Sobrinho por meio da Delegacia Regional de Cultura de Marília.

José Santilli Sobrinho destacou, na solicitação de tombamento, não só a importância do bem cultural para a população local, o caráter excepcional do Teatro pela qualidade acústica, mas também a falta de espaços culturais em Assis, prosseguindo:

Construído sob orientação do padre Enzo Ticianelli, integrante pontifício do Instituto Missionário Italiano, o prédio do Centro Católico mantém as linhas originais dos modelos de arquitetura italiana. Por isso mesmo, um empenho especial na edificação, de palco e caixa cênica, possibilitou os resultados acústicos, que ainda hoje surpreendem técnicos e especialistas.

Na opinião de músicos especializados, esse fenômeno é resultado feliz de uma coincidência casual e difícil de ser conseguida por meios técnicos. Essa revelação mobilizou toda a comunidade de Assis e iniciou-se um amplo movimento de preservação daquele local.¹⁰

O historiador do STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauro), do Condephaat, Haroldo Leitão de Camargo, em parecer sobre o pedido de tombamento

do Teatro, datado de novembro de 1986, ressaltou que o bem cultural apontado para tombamento é importante para a comunidade local e regional, mas não para o Estado. Afirmou Camargo:

Sob o ponto de vista histórico, o teatro deveria ser entendido num quadro mais amplo no contexto do Estado de São Paulo. Nessa medida, o teatro tem uma enorme importância local, para sua cidade e para a região. Entretanto, comparado às outras salas de espetáculos existentes no Estado, sua importância é mínima.¹¹

Outro ponto enfatizado no estudo de tombamento do Teatro foi a constante referência à ameaça de perda¹² desse bem, tanto destacado por membros do Condephaat quanto exposto pelas notícias locais, anexadas ao processo. O aumento da especulação imobiliária e da verticalização empreendida nos municípios da região aparece como o responsável pela destruição da memória local.

A conselheira Anna Maria Martinez Correa foi favorável ao tombamento do Teatro São Vicente e ressaltou o valor local e afetivo do bem cultural para a população de Assis:

(...). Trata-se, antes, de respeitar um desejo da comunidade assisense, que vê no teatro São Vicente um patrimônio seu. Considero o teatro São Vicente como um monumento histórico para a cidade de Assis, impregnado de valor simbólico para a população que o tem como um marco de sua identidade cultural.¹³

O parecer da conselheira, que enaltecia o valor afetivo e local do imóvel, foi acatado pelo Egrégio Colegiado em 15/12/1986. Inscreveu-se o Teatro São Vicente como parte integrante do patrimônio cultural paulista. Como ainda se verá neste artigo, o que ocorreu em Assis foi o maior movimento social em torno da preservação do patrimônio do oeste paulista.

A Mitra Diocesana de Assis, depois do parecer favorável ao tombamento do Teatro São Vicente, entrou em cena refutando o ato administrativo, na pessoa do Monsenhor Floriano Garcez.

O Monsenhor desqualificou o valor histórico (“existem outros bens culturais mais antigos em Assis”, que valorizam o mito fundador) e arquitetônico do bem cultural e destacou o valor econômico do bem para a Igreja Católica, enumerando outros bens

de Assis que, no seu entendimento, seriam mais importantes que o teatro no que tange aos valores históricos e arquitetônicos: *Por todos os motivos aqui alinhados, espera-se a não-ratificação da medida de tombamento do prédio em apreço, como salutar e cristã medida de justiça.*¹⁴

Em vista dessa contestação, a conselheira Maria Ângela D'incao elaborou um parecer em que se manifestou favorável à decisão de tombamento feita por Anna Maria Martinez Correa e refutou a posição da Mitra Diocesana de Assis. Mas foi apenas em 19/12/1989, através da Resolução SC n. 31, que o tombamento foi homologado pelo Secretário de Estado da Cultura.

O movimento local em torno da preservação do patrimônio

A comissão Pró-Teatro São Vicente marcou, para amanhã, uma reunião com o Prefeito Santilli Sobrinho, às 18 horas, no gabinete da prefeitura e convida os interessados a participarem do encontro, que visa a solicitar ao prefeito providências para a preservação do antigo Centro Católico, ex-Cine São Vicente, 'na sua função original, isto é, um espaço público destinado à realização de atividades culturais.¹⁵

Pela notícia acima do jornal A Gazeta de Assis de 09 de outubro de 1986, *Comissão quer manter São Vicente*, podemos perceber um pouco da amplitude do maior e único movimento social em torno da preservação do patrimônio cultural do oeste paulista: o tombamento do Teatro São Vicente de Assis. Esse movimento foi amplamente noticiado pela imprensa local, como veremos mais adiante.

Nessa parte do artigo, será abordada a documentação local, focada na imprensa, particularmente nos jornais Voz da Terra e Gazeta de Assis, que estão apenas ao processo de tombamento do Teatro São Vicente, isto é, foram entregues ao Condephaat pela parte interessada em tomar o bem cultural.

Portanto, podemos afirmar que o movimento em torno da preservação desse bem cultural pode ter sido muito maior do que o que pretendo mostrar neste artigo, pois analisarei da perspectiva do processo localizado no Condephaat, não a partir da dinâmica social, em que, com certeza, outros grupos sociais se manifestaram com tão grande celeuma.

De acordo com o jornal A Gazeta de Assis, de 10 de outubro de 1986, na notícia intitulada *Cresce a defesa do cinema*, esse movimento popular teve início em 1981, tendo por objetivo preservar o prédio, evitando a sua transformação em um supermercado. Em 1982, o edifício, pertencente à Igreja Católica, foi alugado pela Prefeitura para atividades culturais.

Antes do pedido de tombamento, a população local se mobilizou para a recuperação do edifício, conforme noticiado no jornal Voz da Terra de (ilegível) de 1982:

As 1.000 poltronas estão sendo recuperadas; o sistema elétrico sofre total remodelação, o palco foi totalmente melhorado, e o velho teatro, construído de acordo com critérios e técnicas arquitetônicas italianas do século passado, volta a funcionar como no início dos anos 50, (...).¹⁶

Em outubro de 1986, é criada a Comissão Pró-Cine Teatro São Vicente, formada basicamente por estudantes, professores, trabalhadores, profissionais liberais, Setor Cultural da Prefeitura de Assis, Grupo Ecológico e representantes da Associação dos Docentes da Unesp – Adunesp.

Essa Comissão realizou várias reuniões com o Prefeito e entidades locais, no sentido de viabilizar a compra do prédio ou sua desapropriação. Ela foi de grande importância no tombamento do bem, pedido feito pela Prefeitura ao Condephaat, como vimos anteriormente, e homologado pelo Secretário de Estado da Cultura no ano de 1989.

Houve, em 09 de outubro de 1986, através do jornal Voz da Terra,¹⁷ um convite da Comissão Pró-Teatro São Vicente a, aproximadamente, cinquenta pessoas de diversas instituições de Assis, para tratar com o Prefeito, sobre a preservação do São Vicente:

(...), foram convidados representantes de (...), como APEOESP, Estação Experimental do Horto Florestal, SABESP, Associação Paulista de Medicina, Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Média Sorocabana, Delegacia Regional de Ensino e Associação Comercial e Industrial de Assis (...).¹⁸

Durante a realização da reunião com o chefe do executivo local, à qual cerca de 60 pessoas compareceram, e a representante da Comissão, a senhora Olga Meyer, pediu apoio ao prefeito para que desapropriasse o prédio.

E, com isso, o prefeito Santilli Sobrinho manifestou-se favorável à mobilização popular, mas ressaltou que o tombamento ainda estava sendo estudado pelos técnicos do Condephaat e a população tinha mesmo de pressionar para ocorrer o tombamento desse importante bem cultural. Nessa reunião, a primeira dama Cida Santilli afirmou, de acordo com a imprensa: (...) *entende que (...) o imóvel seja comprado pela prefeitura não dispensa o tombamento, pela memória e tradição do prédio, para garantir que no futuro não seja utilizado pela própria municipalidade para outros fins.*¹⁹

O resultado da reunião foi muito importante, pois o poder local, através do prefeito, manifestava-se favorável à compra e ao tombamento do imóvel, para, de acordo com a primeira dama, preservar o bem cultural contra possíveis interferências de outros prefeitos que pudessem vir a descaracterizar ou destruir o Cine-Teatro.

Na notícia do jornal Voz da Terra, de 01 de outubro de 1986, *São Vicente: a luta continua*, é possível perceber a movimentação social em torno do atual Teatro de Assis:

Um grupo de assisenses formado por professores, intelectuais, trabalhadores e profissionais liberais, estará reunido hoje a partir das 20 horas, nas dependências do antigo Cine São Vicente, para discutir as formulas para o aproveitamento daquele espaço para a realização de atividades artísticas e culturais do município.²⁰

Mobilizaram-se o Poder Público Municipal - solicitante do tombamento - e entidades da sociedade civil organizada como a Comissão Pró-Teatro São Vicente, a Universidade Estadual Paulista e a grande maioria da população local.

Para se agilizar o tombamento do imóvel, foi colocada pela Comissão, em diversos locais de Assis, auxiliada por voluntários, uma lista para recolher mais de dez mil assinaturas que seriam levadas ao Condephaat:

As listas recolhendo dez mil assinaturas de população para apoiar o pedido de tombamento e preservação do Cine São Vicente deverão ser entregues hoje até as 18 horas no

SEMEARTE, antigo Santa Maria, pois será encaminhada para o Condephaat na segunda-feira.²¹

Com isso, esse abaixo-assinado foi levado ao Condephaat e está anexado ao processo de tombamento do Teatro São Vicente, constante das páginas 104 a 385, de aproximadamente dez mil assinaturas dos munícipes.

Outro ponto que evidencia a participação da comunidade local é a quantidade de jornais locais apensos ao processo, analisados neste artigo, que enfatizam principalmente a relação entre a sociedade com o bem cultural: *Comunidade recupera Teatro* (Voz da Terra de 30/01/1982), *A conservação do cinema* (Voz da Terra de 16/12/1983), entre outras.

Na notícia *Reiniciado movimento para defender o “Cine São Vicente”*, do jornal A Gazeta de Assis, de 03 de outubro de 1986, assinalava-se:

Reunidos na última quarta feira no Cine São Vicente, lideranças políticas, representantes da Adunesp, grupo ecológico e Setor de Cultura da Prefeitura decidiram adotar novas maneiras de reativar o movimento em favor da preservação do antigo São Vicente.

(...) Toda a história do movimento iniciado em 81, e um pouco da fantástica história do Cine São Vicente, será publicada amanhã na página especial de cultura “Abertura”. O motivo de tanta demora na finalização e concretização do tombamento e o porquê a população anseia tanto esse espaço.²²

Nessa citação, evidencia-se um pouco da movimentação que se verificou em torno do tombamento do Teatro São Vicente, em que diversos segmentos sociais se uniram sob um único objetivo: a preservação desse importante edifício para a sua comunidade.

Na notícia do jornal Voz da Terra, de 07 de outubro de 1986, apenso ao processo de tombamento, intitulada *A preservação do São Vicente*, estão expostos os objetivos da Comissão: o Poder Municipal local deveria desapropriar o imóvel que pertence à Igreja Católica, pois havia uma possibilidade de construção de um edifício de apartamentos ou de um supermercado no local. A prefeitura deveria, depois de desapropriar o bem, fazer um teatro.

E ainda nessa notícia, o autor critica o crescimento vertical de muitas cidades da região, em nome do progresso e desenvolvimento:

Há inúmeros outros terrenos através dos quais a cidade pode crescer verticalmente, já que esta é a onda do momento. E não será em nome desse desenvolvimento, que aceitaremos a destruição de monumentos que não pertencem mais a este ou aquele, mas à história de Assis.²³

O Instituto de Letras, História e Psicologia, atual Faculdade de Ciências e Letras da Unesp - Câmpus de Assis, em ofício enviado à Presidência do Condephaat, datado de 09 de outubro de 1986, destacou a falta de locais para práticas culturais da população e para a própria universidade pública:

O interesse do Câmpus de Assis pela manutenção do 'Centro Católico' fundamenta-se ainda mais no fato de a Universidade não dispor de um local, com as características do referido Centro, para que possa continuar realizando atividades culturais não só para o público universitário, como também para a comunidade geral, tais como: apresentação de corais, orquestras, música popular, grupos de teatro e dança.²⁴

Outra entidade, a Comissão Pró-Teatro, solicitou auxílio da Secretaria de Estado de Cultura para a liberação de recursos necessários à compra do bem cultural, de propriedade da Paróquia da Catedral, pela Prefeitura Municipal.

Nesse estudo de tombamento, podemos observar, durante a análise do artigo, a mobilização local a respeito da preservação de um bem cultural utilizado, atualmente, em todas as suas atribuições funcionais de um Teatro, pela população local e regional, em diversas atividades culturais.

Ulpiano T. B. de Meneses discorre sobre o uso funcional dos imóveis tombados:

(...), o caminho mais seguro para criar, no campo do patrimônio cultural, condições mais favoráveis para a inclusão social é, sem qualquer dúvida, o reconhecimento da *primazia do cotidiano e do universo do trabalho* nas políticas de identificação, proteção e valorização, e, conseqüentemente, de maximização do potencial funcional.²⁵

Os estudos dos técnicos e conselheiros do Condephaat que levaram ao arquivamento o pedido de proteção oficial da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a SANBRA, indústria localizada na cidade de Assis tem outros envolvimento e compromissos como veremos em seguida.

Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro: SANBRA

O processo da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a SANBRA, foi desencadeado pelo Prefeito José Santilli Sobrinho ao Condephaat, que enumerou os diversos significados que aquela indústria imprimira à sociedade da qual fora parte integrante:

O dia-a-dia vivido pela comunidade constitui-se num testemunho (...) da identidade de uma população com seu meio, considerando principalmente a condição de uma sociedade nova, com passado recente, que possibilita aos mais jovens uma convivência harmônica com as autênticas raízes do passado (...). Construído em 1947, pela SANBRA (...), o conjunto arquitetônico abrigou a primeira indústria de grande porte instalada no município, destinada ao beneficiamento de sementes oleaginosas (...).²⁶

Os valores destacados pelo Prefeito Municipal prendem-se à história de Assis, justificando a valorização da memória e da identidade local. Também aparece a ênfase no mito fundador: a SANBRA foi a primeira grande indústria instalada na cidade.²⁷

Nesse período, destaca-se também o argumento da perda, devido ao crescente conflito com o mercado imobiliário. O parecer da historiadora Celina Kuniyoshi chamou a atenção para os riscos de destruição da SANBRA, em Assis, e da conseqüente perda²⁸ desse bem cultural devido ao seu estado de abandono.

A conselheira Anna Maria Martinez Correa corroborou a afirmação de que o referido bem cultural estava em perigo de destruição, como fica demonstrado no seguinte trecho de seus comentários: (...) *essas edificações, que constituem testemunho de um momento histórico importante vivido pela região da Sorocabana, encontram-se ameaçados de destruição, para fim de loteamento (...).*²⁹

Na análise do estudo de tombamento da SANBRA em Assis, a historiadora Celina Kuniyoshi ressaltou a ausência de estudos sobre este tipo de indústrias de produção de óleos vegetais no Estado de São Paulo e, pela primeira vez, aparece na análise dos processos e guichês de tombamento o critério de preservação de áreas naturais como item relevante para as decisões finais:

Após minuciosos estudos, constatou-se que esta área, além de historicamente fundamental para o município, a sua preservação se faz necessária, uma vez que nela se concentra a fonte de abastecimento denominada 'Cabeceira da Água da Porca', também conhecida como 'Água Leandra', que juntamente com a 'Água do Cervo' formarão a represa de abastecimento da cidade.³⁰

No processo da SANBRA, ficou patente o embate político da preservação da memória, tanto entre os próprios membros do Condephaat quanto entre eles e a sociedade civil.

O arquiteto Bernardo José Castello Branco, Chefe da Seção de Projetos do Condephaat, não atribuiu qualquer tipo de valor histórico ou arquitetônico ao conjunto da SANBRA em Assis. Sugeriu que a proteção do bem cultural fosse efetivada no âmbito municipal que proporcionaria a preservação do manancial que abastece a cidade de Assis. Ressalta em seu parecer:

Senhor diretor técnico,
1 – Babilônia de arquitetura confusa, sem estilo e de mau gosto, não vejo nada pela documentação fotográfica anexa que justifique ao menos uma vistoria com finalidade de preservação, muito menos qualquer interesse quanto ao tombamento da área proposta, sem valor documental.³¹

Ficou evidente que o arquiteto não levou em conta a importância da indústria SANBRA como referencial histórico e urbanístico, conforme o que havia sido exposto pelo Prefeito Municipal.

Em clara insatisfação com o parecer do arquiteto Bernardo José Bernardo Castello Branco, Marcos Sorrentino, presidente do GEA – Grupo Ecológico de Assis – entidade da sociedade civil, enviou uma carta ao Presidente do Condephaat argumentando a favor da necessidade de proteção dos mananciais de Assis. Insiste contra o argumento do arquiteto: (...) *de que o prédio “não tem valor documental”, pois*

*se trata da primeira indústria de Assis, que marcou um ciclo econômico da região, fundamental na formação e desenvolvimento desta cidade, (...).*³²

O arquiteto atendeu ao pedido de reconsideração da conselheira Anna Maria Martinez Correa, mas negou novamente o valor arquitetônico da SANBRA. Nesse sentido, solicitou à conselheira que distinguisse os conceitos de área natural e de manancial, retornando o processo à Presidência do órgão.

Em vista disso, a conselheira elaborou um parecer em que destacou que a SANBRA constituía bem cultural representativo da história local, dada sua presença e significado para a economia regional, mas que vinha sendo ameaçado de destruição. *Afirma: Aqueles valores têm significado especial para a comunidade assisense (...). Nossa sugestão é, portanto, que este processo seja (...) caso de possível tombamento (...) seja retomado pelos órgãos locais (...).*³³

Durante esse período, outro critério importante na preservação da memória paulista e de grande influência na condução dos processos é o conflito de interesses entre o público e o privado, representados pelo mercado imobiliário.

Depois do parecer da conselheira Anna Maria Martinez Correa, que evidencia os valores da SANBRA para a sociedade local, entra em cena o seu proprietário, a SUDESTE – Empreendimentos Imobiliários, que nega a intenção de loteamento, reconhecendo apenas sua intenção de venda.

Ela acusou o Prefeito Municipal de querer, ele mesmo, lotear a área, sem qualquer tipo de preocupação com seu valor como manancial. Outro argumento apresentado pela SUDESTE relaciona a proposta de tombamento a interesses políticos da Prefeitura, mascarados pelas declarações de seu interesse para a comunidade assisense.

A proprietária contratou o arquiteto Adolpho R. Morales que reafirmou a posição da SUDESTE, negando o valor histórico, cultural e ambiental do conjunto arquitetônico. Ainda assim, acaba destacando o valor artístico do bem como de alguma valia: *(...) Ao nosso entender, face à fragilidade da proposição da Prefeitura et alli, (...) restaria apenas o aspecto artístico como substancial essencial no efeito de tombamento (...).*³⁴

Com isso, o egrégio colegiado do Condephaat, em Sessão Ordinária de 14 de setembro de 1987, Ata – 758, reconheceu o valor do bem apenas para o nível municipal e aguardou sessenta dias, prazo em que o bem ficou protegido pelo Conselho, para que os poderes executivo e legislativo municipais de Assis tomassem

para si a tarefa de sua preservação da indústria, o que não ocorreu, deixando-se à própria sorte o bem cultural apontado para tombamento.

Algumas considerações

A sociedade local, informada dos acontecimentos relacionados à preservação do seu patrimônio e inteiramente mobilizada, atuou de forma organizada, expondo ao poder local e ao poder estadual, por meio do Condephaat, o anseio da sua comunidade e pressionou a Prefeitura para que comprasse da Igreja Católica o Teatro São Vicente, e assim pusesse fim às especulações sobre a venda ou destruição do prédio, sendo reconhecido o poder estadual com o tombamento do bem, integrante do patrimônio cultural paulista.

Foi um longo movimento de preservação do patrimônio, o único registrado até hoje no oeste paulista, iniciado extraoficialmente em 1982 e terminado com o tombamento estadual do bem cultural em 1989, quando a população local entendia esse bem cultural como um importante espaço de sociabilidade, estabelecendo-se uma relação entre o presente e o passado.

Dos doze estudos sobre o patrimônio cultural no oeste paulista cujo tombamento foi solicitado ao Condephaat, este foi o único em que a população e instituições locais, de variados matizes, se manifestaram e tomaram para si a tarefa de lutar pela preservação de um imóvel, através de um movimento social.

Portanto, isso nos mostra que as discussões em torno da memória paulista continuam circunscritas aos especialistas do Condephaat e aos interessados diretamente no patrimônio: os proprietários dos bens em processo de tombamento.

No processo da SANBRA, o Condephaat enfatizou o valor local do imóvel industrial e remeteu a preservação ao Poder Municipal, que, nada fazendo por razões que se desconhecem, deixou o patrimônio industrial literalmente “abandonado”.

Sobre os bens de natureza privada, como o caso exposto, uma saída seria uma parceria entre o Poder Municipal, Poder Estadual e o setor privado; esse tipo de ação conjunta pode ser uma saída para resolver impasses na preservação dos bens culturais.

Portanto, no pedido de tombamento da SANBRA, no discurso do solicitante, há o recorrente argumento da perda, representada pelo perigo iminente de destruição desse bem cultural.

Durante a análise do estudo da SANBRA, foi possível concluir que uma de suas mais importantes características foi o embate político entre o público e o privado, sustentado pelo proprietário do bem cultural que, junto com a crescente especulação imobiliária influente nesse processo, se recusou a aceitar o tombamento.

É importante ressaltar que os dois processos de tombamento, um aceito oficialmente em virtude de um movimento social, e o outro, arquivado pelo órgão responsável pelo patrimônio paulista, foram solicitados não pela sociedade civil, mas pela Prefeitura Municipal, o que me fez questionar sobre a influência do poder local na seleção de símbolos da identidade local.

Atualmente, o Teatro São Vicente está sendo administrado por um órgão da Prefeitura de Assis, a F.A.C., Fundação Assisense de Cultura, “Joshey Leão”, responsável por promover a cultura na localidade.

Pode-se afirmar que a atuação da Prefeitura Municipal é um exemplo de gestão do patrimônio cultural, pois este imóvel está em perfeitas condições e é utilizado a serviço da comunidade de Assis e região: um teatro, com uma das melhores acústicas de todo o Brasil.

Recebido para publicação em novembro de 2009.

Aprovado para publicação em dezembro de 2009

Notas

1 Artigo baseado no terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada **Poder público e patrimônio cultural**: estudo sobre a política estadual de preservação no oeste paulista (1969 – 1999), defendido pelo autor em 20 de janeiro de 2006, com a orientação da Dra. Célia Camargo.

2 CORREA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros**: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Paulo, PUC, 2001. (Doutorado em Antropologia), p. 165.

3 RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987). São Paulo, EDUNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000.

4 Idem, p. 41.

5 Idem, p. 73.

6 Idem, p. 87.

7 RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio**. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2001. (Mestrado em Geografia).

8 Lista dos Bens Tombados no Estado de São Paulo, disponível no site: www.cultura.sp.gov.br, acesso em 05/10/2008.

- 9 Processo n. 24.042/85, localizado no Centro de Documentação do Condephaat.
- 10 Páginas 05-06.
- 11 Idem, página 35.
- 12 Ver a importante obra de José Reginaldo Santos Gonçalves, **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj; Iphan, 1996.
- 13 Processo n. 24.042/85, páginas 388-389.
- 14 Página 397.
- 15 Sem página.
- 16 *Comunidade recupera teatro*. Idem.
- 17 *Na luta pelo São Vicente, 50 pessoas em reunião com o prefeito*. Idem.
- 18 Sem página.
- 19 Ilegível. *São Vicente: a pressão é legítima*. Idem.
- 20 Idem.
- 21 A Gazeta de Assis de 10 de outubro de 1986: *Cresce a defesa do cinema*. Idem.
- 22 Processo n. 24.042/85, p. 80.
- 23 Sem página.
- 24 P. 401.
- 25 MENESES, Ulpiano T. B. de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. **Patrimônio**: atualizando o debate. Brasília, Iphan, 2006, p. 53, p. 33-77.
- 26 Processo n. 24.344/85, p. 03-04.
- 27 É importante ressaltar que o objeto deste artigo não é uma análise sobre o patrimônio industrial, mas sim a relação entre o poder estadual e o municipal na questão de preservação do patrimônio local. Para saber mais sobre esse tema, consultar textos de Beatriz Mugayar Kuhl, Cristina Meneguello e o site do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial.
- 28 GONÇALVES, 1996.
- 29 Processo n. 24.344/85, p. 08.
- 30 Idem, p. 39.
- 31 Idem, p. 51.
- 32 Idem, p. 52.

33 Idem, p. 57.

34 Idem, p. 60.